

# A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro

*Eugenics in dealing with expressions of social issues and in Brazilian social work*

Gabriela Alves dos Santos\* 

## RESUMO

Este artigo aborda o racismo e o patriarcado na constituição da questão social no Brasil e a influência da eugenia no Serviço Social brasileiro. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, sustenta-se a concepção de que raça e gênero são elementos constitutivos da questão social no Brasil e que a eugenia foi um aporte no trato das suas expressões, com rebatimentos ao exercício profissional. O estudo situa o Serviço Social como produto histórico das relações sociais capitalistas e destaca as manifestações do conservadorismo na gênese da profissão, marcado pela eugenia. Atualmente, o Serviço Social se posiciona radicalmente a favor da construção de uma nova ordem societária e defende sua vinculação às lutas mais amplas de enfrentamento a todas as formas de exploração e opressão.

**Palavras-Chave:** eugenia; questão social; Serviço Social.

## ABSTRACT

This article addresses racism and patriarchy in the constitution of social issues in Brazil and the influence of eugenics on Brazilian social work. Through bibliographical and documentary research, it holds the concept that race and gender are constitutive elements of the social issue in Brazil and that eugenics was a contribution in dealing with its expressions, with implications for professional practice. This study situates social work as a historical product of capitalist social relations and highlights the manifestations of conservatism in the genesis of the profession, marked by eugenics. Currently, social work takes a radical position in favor of the construction of a new societal order and defends its link to broader struggles to combat all forms of exploitation and oppression.

**Keywords:** eugenics; social issue; social work.

## Introdução

O termo questão social foi cunhado por volta de 1830 (Castel *apud* Yamamoto, 2010), no marco do reformismo conservador, para designar o momento em que os/as trabalhadores/as emergem no cenário político para lutar contra a exploração engendrada pela

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.86528>

\*Universidade Federal de São Paulo, Santos, São Paulo, Brasil.

E-mail: [gabriela.alves@unifesp.br](mailto:gabriela.alves@unifesp.br).

Como citar: SANTOS, G. A. dos. A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 92-106, set./dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.86528>.

Recebido em 13 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 03 de agosto de 2023.

Responsável pela aprovação final:  
Monica de Jesus César



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

sociedade capitalista. Historicamente, o fenômeno foi tratado enquanto ameaça à ordem instituída (Iamamoto, 2010). A teoria marxista permitiu análises que colocaram a questão social enquanto estrutural da sociedade capitalista e, mais recentemente, o Serviço Social tem qualificado sua apreensão crítica junto às categorias analíticas raça e gênero, visto que a formação sócio-histórica de cada país e continente particulariza suas expressões nas diferentes esferas do globo.

No Brasil, foi a partir da década de 1930 que a questão social assumiu um novo paradigma, descolando-se de um problema de polícia para um problema político (Ianni, 1992). O Estado ampliou sua função reguladora para além da sua dimensão repressiva, introduzindo as leis sociais para controlar a classe trabalhadora, em um contexto de avanço da industrialização pelos setores da burguesia e fortalecimento dos movimentos reivindicatórios.

No que se refere à vinculação entre a eugenia e a questão social, consideramos que esta foi um aporte ao tratamento das suas expressões, num momento de aprofundamento das contradições entre capital e trabalho e de refuncionalização do Estado burguês para o atendimento às necessidades do capital. O cerne da problemática é a compreensão de que foram criados mecanismos de controle da classe trabalhadora pelo Estado visando dar suporte à formação do capitalismo monopolista<sup>1</sup> no Brasil (Ducatti, 2016) e viabilizar as condições para garantir a exploração dos trabalhadores pela burguesia.

Dentre esses mecanismos, estão as políticas sociais nas quais o Serviço Social passou a se inserir frente às novas configurações assumidas pela questão social no desenvolvimento das forças produtivas, requisitando uma intervenção estatal para além da repressão e caridade. O/a assistente social é convocado/a para atuar no controle social e na difusão da ideologia dominante, desenvolvendo, nos seus primórdios, uma prática que combina valores morais com processos eugênicos.

Cabe destacar que o termo “eugenia” é atribuído a Francis Galton, o qual significa boa linhagem e remete às palavras gregas “*eu*” (bem, bom) e “*geneia*” (evolução, origem, raça). A perspectiva galtoniana preconizou o controle reprodutivo pelo Estado, sob alegação de que as características comportamentais, mentais, viciosas, criminosas e degenerativas eram herdadas geneticamente. No Brasil a eugenia foi marcada pelo sexismo e racismo, decorrente do patriarcado e da escravidão.

Nessa direção, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Seu objetivo é problematizar o racismo e o patriarcado como elementos da eugenia que constitui a questão social no Brasil e demarca o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Na perspectiva de expor a compreensão

---

1 Caracteriza-se pela expansão dos lucros por meio do controle de mercados, fusão do capitalismo bancário e industrial e refuncionalização do Estado burguês para garantir a preservação e o controle da classe trabalhadora (Netto, 2009).

da vinculação da eugenia com a gênese do Serviço Social brasileiro e da influência do conservadorismo na *práxis* profissional, este artigo está subdividido em duas partes. A primeira discorre sobre o racismo e o patriarcado como elementos particulares da questão social no contexto do desenvolvimento capitalista no Brasil. A segunda parte aborda a influência da eugenia no Serviço Social, delineando as manifestações do conservadorismo em sua gênese. Por fim, é assinalada a perspectiva ético-política que rompe com a herança conservadora da profissão e estabelece o compromisso com a formação crítica e as lutas sociais mais amplas.

## Racismo e patriarcado na constituição da questão social no Brasil

A emergência da questão social está atrelada ao processo de acumulação do capital. No contexto em que os burgueses detêm os meios de produção, enquanto os proletários vendem sua força de trabalho a eles para garantir sua sobrevivência, são estabelecidas relações sociais de produção contraditórias e antagônicas, baseadas na exploração de uma classe sobre a outra. É sabido que no modo de produção capitalista o que está em voga é a produção de mais-valia, na perspectiva de acumulação e valorização do capital; embora a riqueza seja produzida socialmente, é apropriada privadamente.

Por meio do progresso técnico-científico empregado na produção, há o aumento do capital constante (capital empregado na compra dos meios de produção) e a diminuição do capital variável (a parte do capital empregada na compra da força de trabalho). Assim, as inovações tecnológicas permitem o aumento da produtividade, tornando possível a diminuição do tempo de trabalho socialmente empregado, potencializando a extração da mais-valia relativa e, portanto, aumentando a exploração da força de trabalho.

Isso traz desdobramentos sociopolíticos, quando os proletários se reconhecem na sua condição de explorados e reivindicam condições mais dignas de existência ao Estado, transitando de uma classe em si a uma classe para si<sup>2</sup>. Assim, a luta de classes é constitutiva da questão social e se torna o pilar explicativo do desenvolvimento das políticas sociais. Sob esse prisma, a questão social:

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (Iamamoto; Carvalho, 1992, p. 83-84).

---

2 Classe em si e classe para si são categorias marxistas para referir-se, respectivamente, ao fato de os trabalhadores constituírem-se enquanto classe e o momento que adquirem consciência de classe para reivindicarem suas demandas e necessidades.

Para a compreensão da questão social no Brasil, se faz necessário apreender o desenvolvimento do capitalismo no país. A priori, parte-se do seguinte paradoxo: como o processo de acumulação primitiva criou condições histórico-estruturais à formação do capitalismo industrial e, portanto, à implementação do trabalho livre na Europa, ao mesmo passo que criou as formas de trabalho compulsórias nas Américas? Isso implica considerar que a escravatura nas colônias foi subordinada à lógica de produção capitalista e que a superexploração da força de trabalho condiz com a economia dependente e a inserção subordinada e periférica da América Central e do Sul no capitalismo mundial.

Conforme Ianni (1978), o mercantilismo foi essencial à consolidação do capitalismo central, a partir da relação de exportação das riquezas das colônias para as metrópoles. Os comerciantes europeus compravam mercadorias baratas e as vendiam por um valor alto, o que lhes possibilitava a expansão do seu capital, a partir de um sobrevalor criado pelo sobretrabalho de negros/as e povos nativos escravizados/as. A projeção inicial de assalariamentos dos/as trabalhadores/as das colônias era desinteressante ante o fato de a Europa não possuir uma reserva de mão de obra significativa para exportar e, além disso, a disponibilidade de terras devolutas provocava o receio de os/as trabalhadores/as se transformarem em produtores autônomos.

A política colonial se sustentou a partir de uma formação social escravista com organizações político-econômicas que tinham suas estruturas de dominação articuladas ao controle e repressão da sociedade. Portanto, a relação entre senhores e escravos/as tinha uma dimensão tanto econômica quanto política, fundada na exploração do trabalho e na produção de mais-valia absoluta (Ianni, 1978).

Como aponta Fernandes (2005), a Independência do Brasil, embora tenha tido um caráter revolucionário por redefinir as estruturas de poder, também manteve sua dimensão conservadora, com a permanência da escravidão, da concentração de renda e do monopólio de poder pelas elites, impedindo que tal processo estabelecesse rupturas profundas com o passado. A Independência foi resultado do descontentamento das elites nativas pela sua incapacidade de dominação nos processos sociais, políticos e econômicos, que eram geridos pela Coroa. Elas reivindicaram a emancipação dos estamentos senhoriais e das limitações decorrentes do estatuto colonial, o que resultou na instauração do Estado nacional, servindo de meio à burocratização da dominação patrimonialista e lançando as bases de expansão do capitalismo. Assim, as elites rurais foram fundamentais para a construção da política econômica nacional, fazendo concessões ao mercado externo para fazer prevalecer os seus interesses privados, não preconizando um projeto civilizatório anti-imperialista.

A mudança do padrão econômico do Brasil aconteceu por uma necessidade do sistema capitalista, quando os países centrais buscavam mercados consumidores para escoar sua produção. A inserção no capitalismo mundial se deu em condições adversas dos processos econômicos que existiram nas nações centrais do capitalismo, o que significou a manutenção dos

laços de dependência. Se, por um lado, havia pressões para acelerar a revolução econômica, por outro, não houve uma revolução política. A burguesia emergente e a oligarquia se associaram, exercendo sua dominação de forma autoritária. Trata-se de um capitalismo que se desenvolve sob uma perspectiva conservadora, antidemocrática, sem participação popular.

Após a Independência, o setor agrário e os grupos de importação e exportação se empenharam para a consolidação do capitalismo moderno, usurpando o trabalho escravo na expansão urbano-industrial. Foi um período correspondente à função de acumulação originária, com uma urbanização ultrasseletiva, sedimentando a constituição de classes sociais racializadas, posto que os imigrantes foram direcionados aos empregos nas cidades, os quais possibilitavam perspectivas de mobilidade e ascensão social, enquanto aos/as negros/as restavam os trabalhos braçais, degradantes e árduos (Fernandes, 2005).

Frente à urbanização, à industrialização e à emergência do “trabalho livre”, foi necessário reverter toda a racionalidade que perpassava o trabalho, bem como redefinir os papéis sociais da família, dado o deslocamento da família colonial para a família burguesa. Daí a difusão da “ideologia do trabalho” por meio da dimensão moral do “bom trabalhador”, bem como a defesa do modelo familiar burguês, com a difusão de valores da família burguesa às classes populares, com foco nas mulheres, na perspectiva de colocá-las como responsáveis pela harmonia familiar e disciplinação dos futuros cidadãos.

Nesse sentido, a imigração europeia esteve atrelada à perspectiva de branqueamento da nação. No cenário internacional, desde o século XVIII e XIX houve a realização de estudos sobre a ciência da biologia evolucionista, voltados para alicerçar a formulação de políticas sociais coadunadas com o projeto de modernidade, pautado na ordem, na higiene e na moral. A eclosão do movimento eugênico no Brasil se deu no início do século XX, com a consolidação da institucionalização da ciência, aliado aos anseios dos Estados-Nação em construir e projetar suas identidades nacionais no cenário internacional, após a Primeira Guerra Mundial.

O movimento eugênico não foi unitário e homogêneo e as variáveis políticas, culturais e históricas particularizaram sua manifestação nas diversas partes do mundo. Entende-se que a eugenia latino-americana não corresponde à mera importação das teorias produzidas nos Estados Unidos e na Europa, mas trata, sobretudo, de uma eugenia própria que atribuiu novos significados a essas ideias (Stepan, 2005).

Até a primeira metade do século XX, emergiram diversas tendências teóricas em torno da hereditariedade e da biologia evolucionista, destacando-se as correntes lamarckista<sup>3</sup> e

---

3 Corrente lamarckista é atribuída ao cientista Lamarck (de 1778 a 1792), responsável pela teoria de adaptação dos organismos vivos por meio da lei do uso e do desuso (partes do corpo podem ser desenvolvidas ou atrofiadas a partir do seu uso e desuso); e lei da transmissão dos caracteres adquiridos (como resultado da lei do uso e desuso, por meio da hereditariedade, provocamos alterações nas características dos organismos).

mendelista<sup>4</sup> que inspiraram a eugenia positiva e negativa, respectivamente. Conforme Mai e Angerami (2006), a eugenia positiva se caracterizou pelo estímulo aos casamentos eugênicos, às ações de saneamento básico, à educação eugênica e aos cuidados com nutrição. Por sua vez, a eugenia negativa se preocupou com o aborto eugênico, a segregação, o controle da imigração indesejável, o controle do alcoolismo e das doenças venéreas e a esterilização de doentes mentais e outros degenerados.

Conforme Davis (2016), os casamentos interraciais foram resultado da violência às mulheres negras a favor do branqueamento da nação, sendo sustentáculo do mito da democracia racial. Não se pode perder de vista que o estupro das mulheres negras serviu para a miscigenação deste país e foi um castigo recorrente no período colonial, na perspectiva de condicioná-las ao lugar de mulher (fêmea), já que o estupro foi/é uma arma de dominação masculina contra as mulheres.

A ideologia da feminilidade, por sua vez, nas demais circunstâncias, não se aplicou às mulheres negras, pois o povo escravizado não tinha gênero, ou seja, “já que as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p. 17). Assim, também foram submetidas a trabalhos cruéis e degradantes e não puderam gozar do ideário da maternidade, já que seus filhos/as eram reduzidos a mercadorias a serem vendidas.

O período colonial foi fundamental à constituição das representações das mulheres negras que se referem às construções racializadas de gênero e, sob o discurso da democracia racial, ocultou-se a violência simbólica e concreta perpetrada contra elas. Hoje, as mulheres negras tendem a ser exaltadas sexualmente e/ou reduzidas ao papel de serviçal, o que traduz sua coisificação no processo histórico. São estereotipizações dotadas de significado social que reforçam a condição de subalternidade. Sob mitos difundidos sobre a sensualidade especial da mulher negra, recompõe-se a sua objetificação sexual (Gonzalez, 2020).

Evidentemente, os resquícios do colonialismo e da escravidão colocam as mulheres negras em condição de vulnerabilidade social, alocadas em subempregos e como as principais vítimas da violência de gênero, sendo que o capitalismo mantém e se beneficia deste lugar de subalternidade que favorece a sua exploração como mercadoria. Embora os movimentos feministas e de mulheres tenham conseguido ocupar espaços de poder (em menores proporções em relação aos homens), há discrepâncias entre as mulheres brancas e pretas na ocupação desses lugares, num contexto em que raça também se constitui enquanto marcador de desigualdade.

---

4 Gregor Johann Mendel (1822-1884) foi responsável por teorizar um conjunto de princípios referentes à transmissão hereditária de determinados caracteres.

Apesar da exploração, negros/as se opuseram ao sistema de dominação desde o período colonial. Para Gonzalez (1984), a mãe-preta é expressão do legado da luta de mulheres negras. Embora haja um discurso recorrente entre brancos/as que a reduz a um exemplo de “obediência, dedicação e amor” e um discurso entre negros que a coloca como “traidora da raça”, ambas concepções ocultam as estratégias de subversão e alimentam o discurso do/a negro/a passivo/a frente à exploração que viveram e vivem. Trata-se de extrapolar essas lógicas e compreender essa mulher-mãe como sujeito político que realizou uma resistência passiva frente à opressão, ao difundir valores e crenças fundamentais à africanização da cultura brasileira.

Portanto, há uma intrínseca relação entre a origem do proletariado industrial brasileiro e a força de trabalho escravizada, que reverberou na constituição das classes sociais racializadas. Por sua vez, o patriarcado, como forma de organização social que privilegia o homem, colocou a mulher em condição subalternizada, sendo que a desigualdade entre os sexos esteve alicerçada, sobretudo, na diferença sexual marcada pelo binarismo e pela hierarquia entre os sexos e definição de papéis sociais.

É inegável que a raça e o gênero são eixos estruturantes da desigualdade social no Brasil. Mesmo com a universalização do trabalho livre, tais categorias são permanentemente recriadas e reproduzidas socialmente para operarem na lógica do capital, reatualizando as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, segundo as leis da divisão social do trabalho e a estratificação de classes inerentes a esse sistema. Considerando que a questão social é produto do capitalismo, as categorias analíticas raça/etnia e gênero qualificam sua apreensão crítica, pois as classes sociais antagonicas devem ser compreendidas em sua totalidade, evidenciando que se constituem por sujeitos marcados pela sua raça/etnia e sexo/sexualidade.

A eugenia foi um aporte ao trato das expressões da questão social, sendo que os/as negros/as sofreram com as políticas eugenistas mais extremas e perversas. No Brasil, houve o projeto de “purificação racial” por meio do controle da reprodução sexual e, pelo fato de as mulheres estarem historicamente associadas ao papel reprodutivo e reprodutivo-maternal, elas foram alvo centrais dessas políticas (Stepan, 2005). O que se coloca é que a eugenia atravessou as estruturas político-econômicas e as formações ideológicas do nosso país, com destaque para o racismo e sexismo, que tiveram uma influência significativa na gênese do Serviço Social, conformando manifestações conservadoras no exercício profissional, como será visto a seguir.

## Laços entre a eugenia e o Serviço Social brasileiro

O processo de fundamentação do Estado moderno remonta aos séculos XVI e XVII, quando a transição da sociedade feudal para a sociedade de classes exigiu que os

intelectuais discutissem a legitimidade de um ordenamento político e social compatível com o novo modo de produção. A criação e a consolidação dos Estados-Nação tiveram contribuições do Iluminismo, caracterizado como movimento filosófico e cultural que emergiu nos séculos XVII e XVIII na Europa, tendo como premissa a racionalidade como propulsora do conhecimento.

Incorre que o discurso filosófico iluminista preconizou que o caminho da emancipação era a racionalização das instituições e dos costumes. Para tanto, adotou uma perspectiva unilateral da razão, baseada no etnocentrismo, que verificava se a autoimagem dos povos correspondia à autodeterminação da razão. Certamente, isso levou ao julgamento moral sobre os outros povos e à hierarquização das culturas, sedimentando o discurso racista da modernidade. Assim, os séculos XVIII e XIX, circunscritos no colonialismo, na emergência das ideologias de esquerda e nos problemas sanitários decorrentes da industrialização inglesa, realizaram estudos sobre a ciência da biologia evolucionista, voltados para alicerçar a formulação de políticas sociais pautadas na ordem, higiene e moral.

Partilha-se da concepção de Quijano (2000) sobre o papel constitutivo da colonialidade para a modernidade e a emergência de um novo padrão de dominação, a partir da colonização na América Latina. Trata-se da colonialidade do poder, isto é, uma matriz complexa de poder que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2000, p. 118).

O que destacamos é que o conhecimento teve e tem uma base eurocêntrica, sendo que a ciência legitimou o racismo e o sexismo na modernidade. Como exemplo, citamos Herbert Spencer (1820-1903), responsável por desenvolver e justificar a desigualdade de classe por meio do darwinismo social. Em sua obra, *Principles of biology* (1864), Spencer

(1891) difundiu a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, a qual sintetiza a ideia de que a competição impulsiona a luta natural pela vida e o triunfo do mais apto vincula-se às suas aptidões inatas e superiores. Sob influência de Darwin, John Stuart Mill, Adam Smith e Thomas Malthus, o pensamento spenceriano defendeu que o pauperismo era necessário e positivo ao progresso civilizatório, pois possibilitava eliminar os mais fracos e purificar a raça humana. Assim, posicionou-se contrário à caridade e à intervenção estatal, concebendo-as como meios artificiais de manutenção dos mais fracos que conduziam à degradação física e moral.

No Brasil, os séculos XIX e XX foram marcados pelo colapso da sociedade escravocrata, a emergência do trabalho livre, a massiva imigração europeia e a crescente associação da economia brasileira ao sistema capitalista mundial, ainda que numa posição periférica e dependente. À época, a saúde pública se tornou um objeto da intervenção estatal, devido à ameaça de doenças epidêmicas e endêmicas, como a varíola, a peste bubônica e a febre amarela. Ainda segundo Stepan (2005), o controle das doenças vinculadas à pobreza, como a tuberculose, as venéreas e o alcoolismo, também se tornou alvo do Estado.

A Constituição Federal de 1934 preconizou que à União, aos estados e aos municípios caberia estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas para restringir a moralidade e a morbidade infantil e de higiene social, que impedissem a propagação das doenças transmissíveis (Brasil, 1934). O decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, em seu artigo 1º, preconizou a proibição da entrada de estrangeiros aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos, mudos, indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres, alcoolistas ou toxicômanos (Brasil, 1938).

Renato Kehl (1889-1974), intelectual, farmacêutico e médico, é considerado o articulador da eugenia no Brasil, envolvendo-se em projetos de cooperação científica entre estudiosos da América Latina, sobretudo Argentina e Peru, e da Espanha. Ele foi redator e diretor do *Boletim de eugenia* e *Anais da eugenia*; fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e da Comissão Central Brasileira de Eugenia (1931) e membro ativo do Conselho Consultivo da Liga de Higiene Mental e do Conselho de Assistência e Proteção ao Menor.

Também destacamos o papel de Cesare Lombroso (1835-1909), médico e criminologista, que desenvolveu a teoria do “criminoso nato”. Nesta teoria, concebe-se que os sujeitos são geneticamente destinados ao crime e, portanto, são vistos como um tipo primitivo ou sub-humano, contrários à sociedade moderna. No Brasil, as ideias de Lombroso foram difundidas pelo professor Leonídio Ribeiro, professor de Medicina Legal no Rio de Janeiro e vice-presidente da Sociedade Internacional de Criminologia. Este professor criou e dirigiu o Laboratório de Biologia Infantil no Rio de Janeiro, que

era responsável por prestar assistência e conduzir pesquisas científicas e criminológicas sobre crianças “delinquentes”.

A eugenia adentrou as diversas áreas do conhecimento, com destaque às profissões médicas e jurídicas, embora outras profissões também tenham sido convocadas a intervir no “social”, como o Serviço Social, dada a necessidade de implementar estratégias e práticas de disciplinarização, calcadas nos preceitos higienistas e civilizatórios. Segundo Oliveira (2019), a eugenia não formulou uma proposição teórica no Serviço Social, como ocorreu na medicina e no direito, mas como prática interventiva, a profissão foi requisitada para combinar a moral aos processos eugênicos, inserindo-se de forma subordinada à medicina e ao direito.

Para Oliveira (2019), o processo de institucionalização do Serviço Social foi marcado por três fatores fundamentais: 1) a incorporação da “ideologia do trabalho”, cabendo ao/à assistente social assegurar ações destinadas à dimensão moral do “bom trabalhador”; 2) a defesa do modelo burguês de família, reservando-se ao/à assistentes social a difusão dos valores da família burguesa às classes populares, sobretudo às mulheres; 3) a adoção da racionalidade eugênica na compreensão da realidade social, à medida que os fenótipos são usados pelos/as assistentes para explicar e justificar o lugar dos sujeitos na sociedade.

Conforme Backx (1994), nos anos iniciais do Serviço Social, o tema predominante das monografias era a organização familiar. Entre 69 monografias analisadas, 17 tinham a família como objeto de estudo; outras 45 tematizavam a questão familiar a partir de outros objetos, como a situação do “menor” e do operariado; e somente sete estudos não abordavam a família. A questão racial e o sexismo também permeava os trabalhos, como mostram os trechos a seguir.

Vindos do interior, habituados ao trabalho empírico do campo e à vida dos vilarejos, chegam à cidade sem nenhum requisito para desempenhar trabalho estável. Por isso, muitos dos moradores da Praia do Pinto vivem de ‘biscates’. Dizer biscates é o mesmo que dizer mulheres e homens sem profissão definida, predispostos à malandragem, senão mesmo entregues a ela. *A libertação concedida aos escravos sem nenhuma formação profissional ou doméstica, imprevidentes, ávidos de uma liberdade de que não sabiam usar, foi o que mais determinou a vadiagem, o vício e a grande miséria que existe no nosso interior.* (Barcellos, 1948 *apud* Backx, 1994, p. 42 – grifos nossos).

Na verdade, o papel da mulher na família operária, mais do que nas outras, é primordial [...] *A mulher competente e moralmente bem orientada fará da família uma verdadeira escola*, onde os cidadãos poderão adquirir, pelo exemplo e pela convivência, todas as qualidades necessárias para desempenhar o papel social [...]. Se o salário do chefe de família é insuficiente, é preferível que a mãe trabalhe a domicílio, como lavadeira, costureira etc. [...], embora ganhe menos, tem seus filhos sob a sua vigilância. (Chagas, 1946 *apud* Backx, 1994, p. 49 – grifos nossos).

Dando-se ao vício do álcool, o sr. Nestor falha na sua autoridade de chefe de família, tratando a mulher e os filhos com grosseria. Isso faz também com que ele não cumpra com os seus profissionais, vivendo, assim, numa certa malandragem... A 'companheira', *apesar de ser de cor* e não ter educação é, no entanto, bem orientada e deseja vê-lo reajustado [...] tomou a iniciativa de pedir ao Serviço Social para providenciar a mudança de horário dele. (Filgueira, 1946 *apud* Backx, 1994, p. 70 – grifos nossos).

Por sua vez, Pinheiro (1985), ao redigir sobre sua atuação como assistente social no Laboratório de Biologia Infantil na década de 1930, aborda que, à época, as assistentes sociais identificavam por meio da constituição biológica e dos fenótipos das crianças e dos adolescentes quais delas tenderiam às atividades criminosas, na perspectiva de internalizá-los e ofertar-lhes “tratamento e regeneração”. Neste contexto, destaca-se expressamente a necessidade de o Serviço Social difundir os preceitos eugênicos como medidas de amparo médico-social à infância. Na obra da autora, também ocupa um espaço importante a preocupação da profissão quanto à organização e higienização da família, bem como as implicações das transformações societárias, sobretudo no que se refere ao ingresso das mulheres na fábrica e os impactos desse ingresso no seio familiar.

A nossa legislação atual exige, nas fábricas onde trabalha um certo número de menores e de mulheres-mães a instalação de escolas e creches. Isto, entretanto, não é ainda suficiente, precisamos de orientadoras sociais, que realizem a educação familiar, preparando a mulher para exercer seus encargos com alegria e gosto, no lar ou fora dele. Os resultados dessa educação podem ser verificados nos países de melhor aparelhamento industrial. A desorganização na vida familiar operária traz graves consequências para as empresas e consequentemente para a economia nacional. Precisamos, portanto, começar por educar a dona de casa e depois a operária, a fim de que o trabalho da fábrica não prejudique o ambiente familiar. A casa mal arrumada, a alimentação mal escolhida, a irregularidade de horário nas refeições, a falta de educação das crianças perturbando a tranquilidade, levam os chefes, na maioria das vezes, para o botequim, onde a bebida faz esquecer o peso da vida... na madrugada seguinte, mal alimentados, desestimulados, começam um novo dia, dentro de um mesmo círculo vicioso. (Pinheiro, 1985, p. 55).

Os trechos mostram as manifestações do racismo e sexismo na gênese da profissão. Evidencia-se o caráter moralizante e a racionalidade eugênica de disciplinarização dos sujeitos, sobretudo das mulheres, reificando o patriarcado e a manutenção da ordem capitalista.

Cabe destacar que a eugenia também moldou o Serviço Social em outras partes do mundo no século XX. Conforme Lorenz (2006) *apud* Sousa (2019), na Alemanha, os/as assistentes sociais atuaram no diagnóstico das raças inferiores e na avaliação das chances de reabilitação dos criminosos e das crianças com dificuldades de aprendizagem. Segundo Sewpaul (2013) *apud* Sousa (2019), na África do Sul, entre 1948 e 1991, os/as assistentes

sociais tinham uma formação universitária convergente com as ideologias segregacionistas do *apartheid*, sendo convocados a ofertar determinados serviços somente aos brancos e atuar na assimilação cultural dos negros. De acordo com Sousa (2019) *apud* Anastas (2011), nos Estados Unidos, os/as assistentes sociais recomendavam esterilizações aos pobres, baseando-se no “diagnóstico” do ambiente familiar nas décadas de 1920, 1930 e 1950; já na Espanha e na Grécia, na década de 1950, os/as profissionais estavam imersos nas políticas de “recolhimento de crianças”, realocando-as em famílias “sadias”; no Canadá, na Austrália e na Dinamarca, os/as assistentes sociais separavam as crianças nativas dos seus pais sob pretexto da proteção social e atuavam na difusão dos valores coloniais aos povos originários.

No Brasil, até a década de 1960, o Serviço Social baseou-se no neotomismo e no positivismo e, deste modo, não possuía um arcabouço teórico que propiciasse uma discussão crítica acerca da ordem social capitalista e sua relação com a pauperização das classes populares. Ao contrário, a adoção desses pressupostos filosóficos resultava numa análise e intervenção centrada no indivíduo, pois acreditava-se que os “problemas sociais” eram derivados do desajustamento moral dos sujeitos, ocultando a contradição entre trabalho e capital e despolitizando a compreensão sobre a questão social.

Somente com o Movimento de Reconceituação desencadeado num contexto de incompatibilidade entre os projetos desenvolvimentistas nacionais e os interesses da classe trabalhadora, os/as assistentes sociais passaram a questionar o seu papel na superação do subdesenvolvimento das nações latino-americanas e as implicações ético-políticas da sua intervenção para a manutenção da ordem burguesa vigente.

A influência do Movimento de Reconceituação culminou no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o qual se desenvolveu a partir de 1964 e se estendeu até meados dos anos 1980. O legado da Reconceituação e o processo de renovação foram determinantes para a constituição de um novo *ethos* profissional, vinculado à defesa de uma nova ordem societária sem discriminação de classe social, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade, condição física e etnia.

Entre as diferentes perspectivas que emergiram no processo de renovação, destacamos aquela denominada “intenção de ruptura”, que a partir do aporte marxista buscou a ruptura teórica e política com o conservadorismo do Serviço Social tradicional (Netto, 2009), adotando estratégias teórico-práticas que direcionam o exercício profissional na perspectiva de fortalecimento do processo organizativo da classe trabalhadora. O projeto profissional se vinculou a um projeto societário emancipatório, alicerçado em valores como liberdade, justiça social, equidade e democracia. Entretanto, o conservadorismo ainda resiste ao rompimento da profissão com seus preceitos e, hoje, a perspectiva de sua reatualização se manifesta na recuperação do metodologismo, no teorismo acrítico, no pragmatismo e no voluntarismo (Boschetti, 2015), bem como nas tendências de morali-

zação e criminalização da questão social. Portanto, os princípios ético-políticos que regem o atual projeto profissional do Serviço Social nos convocam a repensar o nosso papel na luta antirracista e antipatriarcal e na superação das prevaescentes práticas clientelistas, paternalistas, higienistas e eugenistas.

## Considerações finais

Com base na análise marxista dos processos históricos que racializaram e sexualizaram as relações sociais, criando as condições necessárias para assegurar a supremacia branca-cis-heterossexual-patriarcal-burguesa, vimos que a questão social possui dimensões de raça e de gênero. O patriarcado e o racismo se tornaram funcionais à lógica do capital, tendo em vista que as bases que assentaram o modo de produção capitalista estão vinculadas à acumulação primitiva, caracterizada como um processo histórico de acumulação inicial do capital que empregava a violência para a espoliação do trabalho dos povos nativos e de negros/as escravizados/as. Os processos violentos de expropriação e escravidão, dentre eles o estupro de indígenas e de africanas, trazem consigo desdobramentos diferentes para o desenvolvimento das forças produtivas em países centrais e periféricos, bem como para a construção da violência de gênero, a cultura do estupro e a iniquidade étnico-racial em cada esfera do globo.

A discriminação de determinadas grupos populacionais é sistemática e histórica, sendo que a política eugenista, de caráter estatal, deu sustentação à manutenção do sistema patriarcal-racista-capitalista. A questão social foi reduzida a uma questão moral e o Serviço Social emergiu para atender aos interesses reformistas-conservadores, contribuindo para a reprodução do racismo e do sexismo. Na gênese do Serviço Social há uma vinculação com a eugenia, o que permite situar a profissão como produto histórico das relações sociais, com implicações políticas, sociais e ideológicas, evidenciando que a profissão não é imparcial nem neutra. A intenção de ruptura com o conservadorismo estabelecida no processo de renovação dos Serviço Social não significou a sua extinção, pois perduram heranças conservadoras que resistem a esta ruptura, isto é, existem projetos profissionais antagônicos em disputa.

Os desafios que se colocam são de compreender como o conservadorismo se traduz na contemporaneidade e de acionar estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e para a construção de uma formação profissional qualificada, assentada numa teoria social radicalmente crítica, que, partindo dos fundamentos da vida social, engendra a possibilidade de uma transformação da realidade.

É tarefa do Serviço Social a adoção de estratégias que incitem o debate profissional, a produção acadêmico-científica e a formação crítica com destaque para a necessária incorporação de raça e gênero como dimensões da questão social, visto que o enfrentamento

do conservadorismo na profissão e na sociedade brasileira requer o entendimento de que o racismo e o sexismo estruturam as relações sociais no capitalismo.

A intenção de ruptura com o lastro conservador nos convoca para as lutas empreendidas com base nas perspectivas feminista e antirracista, pois nosso posicionamento é pela emancipação humana, abolindo todas as formas de exploração, dominação e opressão. Se outrora a profissão esteve vinculada aos interesses das classes dominantes para a manutenção do *status quo*, hoje seu direcionamento vai na contramão das antigas práticas eugenistas que, reatualizadas permanentemente, devem ser radicalmente combatidas.

**Contribuições dos/as autores/as:** a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ANASTAS, J. Social work and eugenics. National Association of Social Workers. Disponível em: <http://www.socialworkblog.org/pressroom/2011/11/social-work-and-eugenics/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BACKX, S. de S. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: JC, 1994.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1934*. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. 1938. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0406.htm). Acesso em: 14 abr. 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUCATTI, I. A eugenia no Brasil: uma pseudociência como suporte no trato da “questão social”. *Temporalis*, v. 2, 2016.

- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: o capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1992.
- IANNI, O. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. A inserção do termo eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem – Reben, 1932 a 2002. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 5, n. 1, 2006.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- OLIVEIRA, R. de. “*Nasci errado e estou certo*”: a presença da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214968>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- PINHEIRO, M. E. *Serviço Social – Documento histórico*. São Paulo: Cortez, 1985.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- SOUSA, C. T. Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência. *Revista Praia Vermelha*, v. 29, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22993>. Acesso em: 1 jun. 2021
- SPENCER, H. *The principles of biology*. Vol. 1. New York: Appleton, 1891.
- STEPAN, N. L. “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.